

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Cooperados e Diretores da
Unimed Bebedouro Cooperativa de Trabalho Médico
Bebedouro SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da *Unimed Bebedouro – Cooperativa de Trabalho Médico* (Cooperativa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos de possíveis ajustes que poderiam advir do assunto descrito na seção a seguir intitulada "base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da *Unimed Bebedouro – Cooperativa de Trabalho Médico* em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Conforme mencionado na nota explicativa 10, a Cooperativa, com base nas Instruções Normativas DIOPE nº 20, de 20 de outubro de 2008 e DIOPE nº 48, de 19 de outubro de 2011, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que definiu a forma das Operadoras de Planos de Saúde contabilizarem as obrigações legais. Mantém registrado no passivo não circulante "provisão para riscos e contingências", com correspondência, ao ativo não circulante "título de créditos a receber de cooperados" o valor de R\$ 2.070 mil, em 31 de dezembro de 2022. Tal valor será exigido dos cooperados à medida que a Cooperativa tenha de pagar as obrigações legais registradas no passivo não circulante. Considerando que se trata de um ativo ainda não devidamente formalizado e individualizado, cuja sua realização está vinculada a demandas passivas, a sua recuperação pode ser classificada como duvidosa e, portanto, sujeito a provisão para perdas. Consequentemente, o ativo e o patrimônio líquido estão apresentados a maior no valor de R\$ 2.070 mil, devido ao não reconhecimento da provisão para perdas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Insuficiência na Margem de Solvência

Sem ressaltar a nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota explicativa 2 às demonstrações financeiras, que se refere entre outros assuntos à Margem de Solvência da Cooperativa, a qual corresponde à suficiência do patrimônio líquido conforme determinado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Em 31 de dezembro de 2022, a insuficiência na Margem de Solvência é de aproximadamente R\$ 3.512 mil, embora a mesma a partir de janeiro de 2023 fora substituída pelo Capital Baseado em Risco.

Reajuste do piso salarial nacional da enfermagem

Sem ressaltar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa número 18, onde a Cooperativa apoiada na decisão de seus assessores jurídicos decidiu por não efetuar qualquer provisão sobre o reajuste do piso salarial nacional da enfermagem devido às incertezas quanto a eficácia jurídica até que o tema seja decidido no mérito.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Cooperativa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram examinadas por nós e emitimos relatório datado de 18 de fevereiro de 2022, com opinião com modificação sobre o mesmo assunto do parágrafo base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras e, ênfase quanto a insuficiência da margem de solvência em 31 de dezembro de 2021.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

(i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

(ii) obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

(iii) avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

(iv) concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

(v) avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 24 de fevereiro de 2023.



Inoveaud Auditores Independentes
CRC 2SP033908/O-3

Júlio César de Souza Nunes
Contador CRC 1SP186234/O-2